



Renan: em meio à crise, Senado garantiu avanços para o país

Marcos Oliveira/Agência Senado



Renan Calheiros fala à TV Senado sobre realizações da Casa em ano de crise, pauta para os próximos meses e como o Legislativo tem ajudado o país a voltar a crescer

Presidente do Senado disse que, mesmo com as eleições, a pauta será mantida no 2º semestre por esforço concentrado

Em pronunciamento à TV Senado, o presidente da Casa, Renan Calheiros, fez um balanço do primeiro semestre do Legislativo, comentou a pauta para os próximos meses e tratou de assuntos como a crise política, a necessidade de reformas, o julgamento do impeachment, o parlamentarismo, o papel institucional do Senado, a eleição de Rodrigo Maia para presidir a Câmara e a Lava Jato. **3**

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Wellington Fagundes (C) apresenta relatório da LDO em comissão mista

Aprovado relatório da LDO, mas destaques ficam para agosto

O texto-base do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017 foi aprovado ontem na Comissão Mista de Orçamento. O relator, Wellington Fagundes, excluiu a previsão de recriar a CPMF e incorporou estimativa do governo de déficit de R\$ 139 bilhões. Ficou para 2 de agosto a votação dos destaques e das emendas ao projeto. **4**

Projeto de abuso de autoridade não vai barrar Lava Jato, diz Jucá

O senador Romero Jucá disse que não há como o projeto que atualiza a legislação sobre abuso de autoridade interferir na Operação Lava Jato. Se-

gundo ele, que é relator da proposta, quem defende essa ideia desconhece o texto e o funcionamento da Câmara dos Deputados e do Senado. **4**



Marcos Oliveira/Agência Senado - 13/7/2016

Para Jucá, a Lava Jato vai ser concluída antes da sanção do projeto

Custo reduz adesão ao seguro rural, aponta debate

Em audiência na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, senadores, representantes do setor de seguros e dos agricultores disseram que é baixa a adesão ao seguro rural no país, menos de 15% da área plantada. O motivo, disseram,

são os altos custos. Para elevar a contratação do seguro — que garante ressarcimento pela perda de safra provocada por seca e geada, por exemplo —, uma das soluções apontadas no debate foi o aumento dos subsídios do poder público. **2**

Genaldo Menezes/Agência Senado



A senadora Ana Amélia conduz audiência pública em que se discutiram formas de ampliar contratação do seguro agrícola

Senadoras farão evento pelos 10 anos da Lei Maria da Penha **2**

Para presidente do Senado, vitória de Maia fortalece o Legislativo **4**

Como a perda de safra impacta vários setores da economia, representantes dos agricultores e do setor de seguros pediram aumento da subvenção pública para securitização agrícola e divisão de custos

Estado deve apoiar seguro rural, dizem especialistas

O AUMENTO DE subvenções pelo governo federal e a divisão de custos entre diferentes agentes que atuam no agronegócio são duas das alternativas para a ampliação do seguro rural, discutidas ontem em audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Os senadores estão preocupados com a baixa cobertura do seguro agrícola no país — menos de 15% da área plantada — e, por isso, elegeram o tema para acompanhamento este ano. O representante da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Pedro Loyola, disse ser preciso sensibilizar a equipe econômica para a importância da participação do Estado, por meio de subvenções, na política de seguro para a agropecuária.

— Nos países onde o seguro agrícola teve êxito, o papel do Estado tem sido fundamental.

Para ele, o aporte de recursos públicos se justifica pelos impactos que tem a perda de safra em toda a economia. Quando uma região enfrenta um problema climático, o comércio local e as indústrias de máquinas e insumos também sofrem, levando a redução de empregos e queda na renda.

— O custo do seguro pode



Ana Amélia, entre participantes da audiência: seguro deve ser compartilhado

ser compartilhado por aqueles setores que sofrem também quando a agricultura vai mal, para não recair apenas sobre os ombros do produtor rural — concordou a presidente da CRA, Ana Amélia (PP-RS).

Integração

O representante da Federação Nacional das Empresas de Resseguros, Miguel Fonseca, disse que a integração entre governo e iniciativa privada no mercado de seguro tem funcionado em outros países. Segundo ele, o Estado precisa garantir a proteção à produção e o setor privado, a capilaridade do seguro.

O presidente da Comissão de Seguro Rural da Federação Nacional de Seguros Gerais (FENSEG), Wady Cury, disse que a ampliação da produção

agrícola esbarra no custo do seguro rural, que é alto devido aos grandes riscos da atividade. Para reduzir os riscos e o custo, Waldemir Moka (PMDB-MS) sugeriu o zoneamento agrícola.

— Se o sujeito planta num lugar que não é propício, a chance de colher é pequena. O zoneamento atualizado é fundamental.

Para Roberto Muniz (PP-BA), é necessário identificar ações que deem sustentabilidade ao sistema de seguro, como a implantação do fundo de catástrofe.

A avaliação da política de seguro rural tem como relator Wellington Fagundes (PR-MT). A comissão promoverá outros debates e, ao final do ano, o parlamentar apresentará relatório consolidado.

Bancada feminina vai celebrar 10 anos da Lei Maria da Penha

A bancada feminina se reuniu quarta-feira para discutir iniciativas legislativas e eventos até o fim do ano, analisar projetos em tramitação e debater a agenda de atividades.

O destaque entre os eventos é a celebração do aniversário de dez anos da Lei Maria da Penha, em agosto. Estão previstos também a edição de selo comemorativo, sessão solene e lançamento de livreto sobre a mulher na política.

As senadoras ainda sugeriram temas para os encontros Pauta Feminina e decidiram manter esforços pela aprovação do projeto que reserva

cotas para mulheres (PEC 134/2015).

A bancada também pediu apoio de Renan Calheiros para realizar dois seminários: um sobre o empoderamento da mulher e outro sobre violência contra as mulheres.

Participaram as senadoras Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Regina Sousa (PT-PI), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Ana Amélia (PP-RS), Fátima Bezerra (PT-RN), Ângela Portela (PT-RR) e Lídice da Mata (PSB-BA) e representantes da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher e da Diretoria-Geral do Senado.

Lei obriga hidrômetros individuais em novos prédios

Novos edifícios serão obrigados a adotar hidrômetros individuais para medir o consumo de água por apartamento. É o que estabelece a Lei 13.312/2016, publicada no *Diário Oficial da União* de terça-feira. A lei só entra em vigor daqui a cinco anos.

A lei tem origem no PLS 444/2011, do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). A proposta obteve a decisão final no Senado em fevereiro de 2013, na Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA), quando foi remetido para análise da

Câmara dos Deputados.

Na justificativa do projeto, Valadares explicou que o atual modelo de rateio do serviço é injusto para moradores com consumo baixo de água. Também mostrou que o sistema de medição individual, adotado em países como a França, tem obtido reduções no consumo da ordem de 25%.

O texto original exigia que os edifícios já existentes adotassem a medida. Mas o relator na CMA, o ex-senador Sergio Souza, restringiu a mudança apenas para novos condomínios.

Vetado texto que permitia saque do FGTS por queda de encostas

O presidente interino Michel Temer vetou na íntegra o projeto que permitia o saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a vítimas de deslizamento de encostas ou de queda de barreiras. O veto foi publicado no *Diário Oficial da União* de terça-feira. O projeto havia sido aprovado no Senado em de 2010 pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão final, e na Câmara dos Deputados neste ano.

Pela proposta vetada (PLS 158/2007), as pessoas poderiam retirar do FGTS até o limite de R\$ 6.220 por evento.

A lei que trata do FGTS (Lei 8.036/1990) já permite o uso do fundo em caso de desastre natural. No entanto, o decreto que regulamentou a questão não incluiu deslizamento e queda de barreiras.

A Presidência da República justificou o veto afirmando, entre outros argumentos, que o ideal é elencar os motivos para a retirada do FGTS por meio de regulamento infralegal. Para o autor, o senador licenciado Marcelo Crivella (PRB-RJ), o projeto corrigiria uma lacuna, ao acrescentar à lei um rol mais completo dos eventos que podem atingir a população.



O Senado recebeu, na quarta-feira, um exemplar do livro ucraniano *The Hutsuls*, de Mariya Karpanyuk. A obra rara foi doada pela embaixada da Ucrânia. Produzido manualmente por mestres da comunidade ucraniana na Estônia, o livro doado ao Senado é um dos 35 exemplares existentes em todo o mundo e ficará armazenado numa sala-cofre climatizada.

Participaram do evento os senadores Cristovam Buarque (PPS-DF) e Antonio Anastasia (PSDB-MG); o ministro das Relações Exteriores, o senador licenciado José Serra (PSDB-SP); e os embaixadores da Ucrânia, Rostyslav Tronenko, e da Estônia, Mart Tarmak; entre outras autoridades.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Sefgraf)

“Crise não parou Senado”, diz Renan sobre o semestre

Presidente da Casa comemorou avanços garantidos ao país pela produção legislativa mesmo durante a crise política. Ele vai procurar o novo presidente da Câmara para montar agendas complementares

EM PRONUNCIAMENTO À TV Senado que vai ao ar hoje às 13h30, Renan Calheiros ressaltou a capacidade de aprovar propostas relevantes mesmo em momento nacional tumultuado. Disse que o Senado é a solução para a crise e que, no segundo semestre, a boa produção legislativa será mantida, apesar das eleições municipais.

No processo de impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff, o Senado, garantiu Renan, se pautou pelo equilíbrio e pela legalidade, respeitando o direito à ampla defesa.

Ele acredita que o parlamentarismo permite respostas mais ágeis e eficazes e informou que pretende trabalhar por uma transição para esse sistema de governo.

Renan revelou que comemorou a eleição de Rodrigo Maia para a Presidência da Câmara por causa da experiência e da disposição do deputado para o diálogo. Pretende agora propor agendas complementares para as duas Casas, incluindo a reforma política. A seguir, os principais trechos do pronunciamento.

Balanco legislativo

Em meio à maior crise política do Brasil, o Senado manteve a rotina de votar propostas relevantes para o país. Acabamos com o aparelhamento político das estatais, banindo as indicações políticas e as trocando por técnicas. Desobrigamos a Petrobras de participar de todos os poços de petróleo. A empresa pode, assim, ser mais estratégica em seus investimentos e escolher melhor o que fazer. Outra lei importante, também encampada pelo governo Michel Temer, foi a que profissionaliza a gestão dos fundos de pensão.

Dívidas estaduais

Esta Mesa Diretora assumiu a pauta federativa e entregou tudo o que prometeu. Depois de mudarmos o indexador, convalidar os incentivos fiscais, distribuir os recursos das vendas não presenciais do comércio eletrônico, fechamos essa pauta federativa com um acordo prevendo carência para as dívidas estaduais. É um alívio que permitirá aos estados retomar investimentos e gerar empregos. Foi um acordo histórico que permitirá que votemos, no segundo semestre, o fim gradativo das alíquotas de ICMS.

Segundo semestre

Será atípico em razão das eleições municipais, mas manteremos a pauta dentro de esforços concentrados. Existem temas muito maduros que precisamos deliberar. Entre eles, a legalização de jogos, o aperfeiçoamento da lei de abuso de autoridade e a independência do Banco Central. Outra agenda será a instalação da Instituição Fiscal Independente, outros itens do pacto federativo, a imperiosa desburocratização desse imenso cartório que é o Brasil.

Abuso de autoridade

Em torno desse tema, há mais malícia do que notícia. É uma proposta para regulamentar a Constituição e não foi feita contra ninguém ou para embaçar nenhuma in-

vestigação. Uma Constituição cidadã [a de 1988] rejeita a convivência com uma lei do período militar, de 1965. O abuso de autoridade ocorre do guarda da esquina até a mais alta autoridade da República, de todos os Poderes. Portanto, é um mito alegarem falsas razões para não votar. Devemos votá-lo na segunda semana de agosto. Defendo que o senador Romero Jucá [PMDB-RR], presidente da Comissão de Regulamentação e Consolidação da Constituição, convide para relatar a matéria a senadora Simone Tebet [PMDB-MS], que é uma referência de equilíbrio e bom senso. Essa é uma lei para combater abusos de todos, inclusive do Congresso.

Parlamentarismo

Sempre fui parlamentarista. Defendo melhorias no atual sistema de governo, que é carcomido, facilitador de fraudes e de crimes e desestabilizador da democracia. É meu papel trabalhar para uma transição para o parlamentarismo, que permite respostas mais ágeis e eficazes em momentos de crise. Uma crise não pode congelar um país por tanto tempo. O parlamentarismo pode não ser o modelo ideal, mas é o melhor de todos.

Senado é solução

O Senado não fará parte da crise. O Senado é a solução para a crise. E ele está pacificado. Todos convivem muito bem e estamos mantendo a pauta de votações. A Agenda Brasil é uma prova: já são mais de 20 projetos aprovados. Também foi obra dos líderes das bancadas do Senado a agenda emergencial com três projetos incorporados ao programa do governo Michel Temer. Há divergências, mas estamos buscando soluções.

Reformas

Algumas reformas são indispensáveis. O Brasil que vivemos não cabe mais no seu PIB. Antes de avançar nas reformas, necessárias, preservando conquistas sociais, o

Estado precisa dar o exemplo: enxugar para valer, cortar cargos comissionados, diminuir a máquina, elevar a oferta de crédito, acelerar concessões e, principalmente, rever contratos de infraestrutura. Aí está, talvez, o grande dreno dos recursos públicos. No Senado, reduzimos 35% dos gastos com contratos e não houve prejuízo à rotina. Estamos trabalhando e mantendo a pauta em dia. No final da década de 80, o orçamento do Senado era igual ao da Câmara. Hoje equivale a apenas 60%.

Eleição na Câmara

Desde a vitória de Aldo Rebelo, há 11 anos, não comemoro uma eleição para a Presidência da Câmara como celebri a de Rodrigo Maia. É um homem público à altura dos desafios atuais. Além da experiência de líder, ex-presidente de partido, cinco mandatos, trata-se de uma pessoa aberta ao diálogo e refratário a disputas improdutivas. Tem espírito público, é correto e não olha apenas para o umbigo. Quanto mais os presidentes das duas Casas se entenderem, mais o Brasil ganhará. Vou procurá-lo e propor que as agendas do Senado e da Câmara passem a ser complementares. Uma pauta expressa que atenda aos anseios da sociedade. Para começar, uma reforma política que possa valer já em 2018, com cláusula de barreira, fim da coligação proporcional e regras mais transparentes para financiamentos de campanha.

Eleição no Senado

A eleição para presidente do Senado no ano que vem é um assunto da bancada do PMDB e, no momento adequado, vamos decidir. Evidente que o senador Eunício Oliveira [CE], líder da bancada, é um excelente parlamentar e tem todas as condições.

Investigações

Em todos os momentos agi com isenção e conversei com os diferentes atores políticos. Acho que ninguém está imune



Renan: “É meu papel trabalhar por uma transição para o parlamentarismo”

a investigação. Sou o maior interessado no esclarecimento de todas as delações. Todas por “ouvir dizer” ou interpretações subjetivas. Prestei as informações que me foram solicitadas duas vezes. Abri meus sigilos e tenho tido uma postura colaborativa, colocando-me à disposição, quando necessário, em qualquer lugar. Os inocentes não temem investigações. Estou sereno.

Crítica à Lava Jato

Não me arrependo de ter participado dos avanços institucionais do país. Defendo todos. Fui eu que comande a aprovação da lei de delações, como presidente do Senado. Sem as delações, teremos mais dificuldades para descobrir o dinheiro público desviado. Com a responsabilidade de quem aprovou a delação, devo dizer que, quando a delação não for comprovada e for vazada para constranger, com o réu preso, com as contas bloqueadas e a família desesperada, quando for apenas para livrar o bandido da cadeia, para trocar personagens, contar narrativas mentirosas, citar fatos que não têm nada a ver, apenas para lavar o dinheiro pilhado, como algumas delas, a pena precisa ser agravada e a delação, até desfeita.

Impeachment

O Senado sempre se pautou pela isenção, responsabilidade e equilíbrio. Como presidente [da Casa], era preciso receber os dois lados para conduzir o processo com imparcialidade. Adotamos como faróis inafastáveis a Constituição, a jurisprudência do STF, as normas sobre o impedimento e o precedente de 1992. Não nos afastamos um milímetro da legalidade, sempre respeitando o sagrado direito de defesa.

Sessão histórica

As 20 horas de sessão do afastamento temporário [da presidente Dilma Rousseff] entrarão para a história. Principalmente porque foi marcada pela civilidade, pelo respeito ao contraditório. É isso que robustece nossa democracia. Esse processo mostrou como nossa democracia está sólida e as instituições, funcionando.

Procurador-geral

O Senado recebeu dez pedidos de afastamento do procurador-geral da República [Rodrigo Janot]. Eu arqueei cinco por ineptos. Os demais estou analisando e pedi um parecer da Advocacia-Geral do Senado. Vamos aguardar a manifestação jurídica e técnica para decidir, amparados na lei.

Governo Temer

Qualquer início de governo tem dificuldades, especialmente os derivados de um quadro de imprevisibilidade. Há desencontros, aqui e acolá, na montagem de governo, na nomeação, erros em conduções. Mas isso não condena um governo, especialmente este, que assumiu em meio a uma crise profunda. É natural que as cobranças se intensifiquem. As pressões por respostas rápidas são legítimas, mas é preciso ter compreensão do quadro enfrentado e paciência quanto aos resultados.

Cargos no governo

Não indico, não recomendo, não endosso, não veto, não apoio e não opino sobre cargos no Executivo enquanto estiver na Presidência do Senado. Isso é incompatível com a independência entre os Poderes. Há algum tempo venho defendendo uma qualificação das alianças políticas em bases programáticas.

LDO passa em comissão e destaques ficam para agosto

No texto-base aprovado, o relator retirou a previsão de receita da CPMF para o ano que vem e incorporou previsão de déficit de R\$ 139 bilhões

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) aprovou ontem o texto-base do relatório final do senador Wellington Fagundes (PR-MT) ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017. Devido a um acordo dos líderes da comissão, os 243 destaques apresentados serão votados em 2 de agosto.

O relator também apresentou um adendo ao texto (PLN 2/16), com 16 alterações. Uma delas prevê que recursos de um eventual déficit menor que o previsto para a União no ano que vem (de R\$ 139 bilhões) sejam destinados ao pagamento da dívida pública, de benefícios assistenciais e de restos a pagar de investimentos de anos anteriores. O texto inicial estabelecia a aplicação em ações de investimento.

Um dos dispositivos inseridos por Wellington busca impedir a inclusão, no projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2017, de receitas decorrentes de novos impostos não aprovados pelo Congresso na vigência da atual lei orçamentária.

O senador observou que a previsão de arrecadação de

cerca de R\$ 33 bilhões com a CPMF estava no texto original, elaborado pela equipe da presidente afastada Dilma Rousseff.

Depois, como a proposta de recriação do tributo “vinha perturbando o povo brasileiro”, Wellington encaminhou ofício ao governo do presidente interino Michel Temer sugerindo o envio de adendo para retirar a previsão da CPMF das receitas estimadas. A aprovação do projeto que reinstalou o tributo, em tramitação na Câmara, seria pouco provável este ano, portanto manter a previsão dessa receita não contribuiria para um orçamento realista, argumentou Wellington.

Meta fiscal

O relator acolheu também outro adendo enviado pelo governo Temer, que definiu o déficit primário de R\$ 139 bilhões como meta fiscal para 2017. O texto original, que previa déficit de R\$ 65 bilhões, faria da proposta da LDO “uma peça de ficção”, segundo ele, “pois o mercado já apontava um valor bem superior”.

— Apesar da preocupação com a magnitude do novo déficit previsto, naturalmente esse valor busca o realismo nas contas públicas — disse.

Mesmo com as limitações aos gastos, Wellington mostrou preocupação em proteger

os investimentos “dos quais dependem a retomada do crescimento e a geração de emprego e renda”. Para isso, inseriu dispositivo que obriga a previsão, para 2017, de gastos que sejam no mínimo iguais ao montante pago em 2016 corrigido pelo IPCA.

Destacou que as obras em andamento devem ser concluídas antes do início de novos projetos. As que já tenham ultrapassado 50% do cronograma físico deverão ganhar prioridade de recursos.

Outro dispositivo obriga o cadastramento de todas as obras federais acima de R\$ 50 milhões, com detalhes sobre o projeto e evolução dos serviços. Atualizado semestralmente, esse cadastro deve ser amplamente divulgado, para que a sociedade possa acompanhar o andamento dos projetos.

Emendas

Os destaques que serão votados em agosto objetivam restaurar emendas não aproveitadas. Foram registradas 2.054 emendas. Dessas, 1.096 foram rejeitadas, 155 aprovadas integralmente, 794 parcialmente e 9 não foram admitidas. Para o presidente da comissão, deputado Arthur Lira (PP-AL), seria contraproducente aprovar alguns destaques ontem e outros no mês que vem.



Aécio, Rodrigo Maia e Renan: na terça-feira, os três se reúnem com Temer

Para Renan, eleição de Maia na Câmara reforça agenda conjunta

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o novo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, eleito na noite de quarta-feira. O senador Aécio Neves (PSDB-MG) também esteve presente à reunião.

Renan disse que a confirmação do nome de Maia foi sua maior satisfação com uma eleição de presidente da Câmara desde a eleição do deputado Aldo Rebelo, em 2005. Na visão de Renan, o nome de Maia reabre a possibilidade de Senado e Câmara trabalharem de forma mais eficaz por uma agenda conjunta e suprapartidária, de interesse nacional.

— A eleição de Rodrigo Maia é uma grande demonstração de que a boa política não morreu. A boa política está vivíssima — declarou.

Na terça, Renan, Maia e

Aécio participarão de reunião com o presidente interino Michel Temer. Um dos temas do encontro é a proposta de reforma política de Aécio (PEC 36/2016), centrada em dois pontos: fim das coligações nas eleições proporcionais e cláusula de barreira.

Maia disse que, como Renan, tem a expectativa de que as duas Casas trabalhem juntas em uma pauta enxuta, mas com temas importantes para o país. Ele ainda agradeceu a “imparcialidade do governo” na eleição da Câmara e disse que o processo de cassação de Eduardo Cunha será levado ao Plenário no momento em que o quorum for adequado.

— Vamos votar depois do recesso. Quero votar de forma transparente e com quorum elevado, pois quorum baixo facilita interferência — explicou o presidente da Câmara.

Congresso decidirá em 2 de agosto sobre vetos e verbas para eleições municipais

O presidente do Senado, Renan Calheiros, convocou sessão do Congresso Nacional para 2 de agosto, às 19h, para votação de vetos presidenciais.

Na sessão, que será realizada no Plenário da Câmara dos Deputados, também deverá ser votado o PLN 3/2016, que destina verbas para viabilizar a eleição municipal deste ano.

Ainda serão votados o PLN

10/2016 e o PLN 11/2016, que remanejaram a programação das emendas parlamentares impositivas com impedimento, o PLN 2/2016, que é a proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017, e o PLN 5/2016, que abre crédito suplementar de R\$ 1,9 bilhão para remuneração de agentes financeiros sob supervisão do Ministério da Fazenda.



Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem relatório de Wellington e deve votar os destaques à LDO em 2 de agosto

Jucá: críticas a projeto do abuso de autoridade são infundadas

O projeto que atualiza a legislação sobre abuso de autoridade não tem o objetivo de barrar a Operação Lava Jato, disse Romero Jucá (PMDB-RR). Segundo ele, que é relator do texto (PLS 280/2016) na Comissão de Consolidação da Legislação Federal, quem defende essa ideia desconhece o texto da proposta e o funcionamento da Câmara e do Senado:

— Depois que for votado no Senado, o projeto vai para a Câmara dos Deputados. Lá deverá receber emendas e voltará ao Senado. Ou seja, no período de investigação e conclusão da

Lava Jato, a proposta ainda não terá sido votada e sancionada. Não é de boa-fé alguém falar que se está querendo paralisar as investigações — disse.

Jucá afirmou que sempre defendeu a Lava Jato e considera a operação um paradigma na mudança da relação de partidos, candidatos, empresas e doações. O senador explicou que, na busca de um texto maduro, enviou ofício a diversos órgãos pedindo sugestões que possam aprimorar o projeto.

O documento foi enviado para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Receita

Federal, Ministério Público do Trabalho, Polícia Federal, Associação dos Magistrados

dos Brasileiros e Tribunal de Contas da União. Também estão sendo consultados o

procurador-geral da República, Rodrigo Janot, e o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, entre outros. Além disso, Jucá afirmou que a comissão fará audiência pública sobre o tema.

— Não estou preocupado com críticas, estou preocupado com sugestões. Não será um projeto desconectado da realidade e da contribuição das instituições — ponderou.

O objetivo, disse, é dar transparência às ações do poder público, criar controle social e jurídico de abusos que possam ocorrer e fortalecer as instituições.



Proposta não seria votada e sancionada no período da Lava Jato, pondera Jucá